

# **Relações entre Humanos e Não Humanos e os entrelaçamentos envolvendo a monetarização e a sacralização das Vidas a partir do crime-desastre da Samarco<sup>1</sup>**

Amanda Kapiche Brito, UFES<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir da amplitude de lutas e existências humanas e não humanas que tecem os desdobramentos do pós rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, buscou-se entender as relações que apresentaram maior e menor visibilidade nos discursos veiculados ao longo dos 8 anos de lama e luta. O presente texto aborda alguns destaques obtidos por pesquisas desenvolvidas ao longo de dois anos, as quais captaram um processo de monetarização das vidas, a partir da tentativa de mitigar os danos com indenizações e reparações financeiras-materiais, sem considerar os aspectos subjetivos que envolvem espiritualidade, memórias e afetos.

**Palavras-chave:** Rio Doce; Cultura e Natureza; Atingidos pela Samarco;

## **1. Introdução**

---

Na tarde do dia 05 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, localizada em Mariana-MG, rompeu-se e uma quantidade de aproximadamente 62 milhões de m<sup>3</sup> de agregados orgânicos e inorgânicos (Creado, 2022) foram alcançando subdistritos, contaminando o rio Doce e suas extensões até desaguar no mar do litoral do Espírito Santo. Os rastros desse percurso enlameado ficou marcado não só nos territórios, mas em todas as biointerações (Bispo, 2023) presentes no modo de vida dos animais humanos e não humanos atingidos, e, principalmente, nas subjetividades irrecuperáveis por monetarização materiais-financeiras.

Esse fluxo de materiais (Ingold, 2012) que seguiu curso até o encontro com o mar produzindo ao longo do caminho uma série de narrativas, processos jurídicos, interrupção dos modos de vidas e toda a complexidade do entorno deles, também expôs

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024)

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais e com o bacharelado em andamento na mesma área pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, está como bolsista no Programa Institucional de Iniciação Científica e é integrante do Grupo de Pesquisa Ambiências – Laboratório de Estudos, Pesquisas e Experimentos em naturezas-culturas (UFES)

<sup>3</sup> Há incompatibilidades de informações sobre a precisão da quantidade de rejeitos de minério despejados no rio, visto que, na época do rompimento, os reparos na barragem não foram suficientes para conter o vazamento da lama. Desse modo, o volume citado refere-se a descrição feita no documento protocolado pela Associação Pachamama em 2017, na marcação de dois anos do crime-desastre.

contradições e dicotomias em relação às diferentes formas de recompor os ambientes, os seres e seus afetos. A dimensão temporal, que está quase a completar 9 anos de crime-desastre, abrange a “tentativa” de reconfiguração feita pelas empresas Samarco Mineração S.A, a BHP Billiton e a Vale S.A e por sua representante na imagem da Fundação Renova. É pertinente destacar que a “renovação” se prolonga não só na (ir)responsabilidade das instituições privadas, mas também do poder público e dos veículos comunicacionais, os quais negociam as vidas e acreditam estar reparando, recuperando, indenizando, restaurando ou até regenerando tudo o que foi soterrado pela lama e pelas memórias que esse desastre programado causou, de forma que esses diferentes termos variam, a depender de qual canal e interesse a narrativa está sendo veiculada.

Assim, a confluência (Bispo, 2023) que agrega a resistência que ocorre ao longo desses 8 anos de crime-desastre, também contém a fé advinda pelos elos espirituais reverenciados por cada uma das comunidades atingidas, sendo o alicerce que sustenta a esperança de regenerar as suas vidas do tempo passado. A luta que reivindica os direitos usurpados é feita de várias formas e detém as forças de muitos mundos e agentes. Assim, os modos de vida orgânicos, os quais se envolvem com o ambiente e demais seres que nele habitam partem de um pensamento fronteiro, que engloba um agir em conjunto de forma plural. Essa oposição ao processo de globalização, o qual uniformiza as vidas e possui uma relação de consumo faz com que os enfrentamentos sejam também por vias do âmbito espiritual, seja pelas festas, missas e demais eventos promovidos pelas comunidades.

Dito isso, é importante destacar quem são esses atores humanos e não humanos que compõem a guerra ontológica (Almeida, 2013) a qual estamos tratando no presente artigo. Entende-se que os agentes humanos são as pessoas atingidas, representantes das empresas réus, agentes governamentais, militantes de movimentos sociais e ONG's, pesquisadoras/es, lideranças religiosas e demais sujeitos envolvidos. Já os seres não humanos referem-se às águas, principalmente, o Rio Doce e o mar, bem como os territórios, a “lama” tóxica de rejeitos despejada, o solo, a fauna e a flora, os seres sobrenaturais (santos, entidades figuras heróicas, etc.) e a postura das empresas na sua imagem puramente institucionalizada.

Portanto, este artigo objetiva fazer um panorama das principais evidências encontradas nas pesquisas desenvolvidas ao longo de dois anos pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo, bem como está a ser desdobrado

no projeto de monografia de mesma autoria. Assim, o objetivo geral dado ao texto é conectar os discursos veiculados nos períodos que marcam o segundo e sétimo ano, respectivamente, do rompimento da barragem de Fundão com os enfrentamentos feitos por diferentes coletivos de correntes espiritualistas. Esses paralelo de narrativas consegue abranger os atores humanos e não humanos, de modo a evidenciar os abismos entre os mundos sintético e cosmológico (Bispo, 2023).

## **2. Metodologia**

---

Para a realização da primeira parte da pesquisa foram feitas análises de fontes secundárias por meio dos buscadores da internet, a partir de palavras chaves como “Rio Doce”, “Rompimento da barragem de Fundão”, “Desastre da Samarco”, “Atingidos”, entre outros, para captar os discursos veiculados no período correspondente à marcação do segundo ano do crime-desastre (05 de novembro de 2016 a 05 de novembro de 2017) em comparação com a marcação do sétimo ano do crime desastre (05 de novembro de 2021 a 05 de novembro de 2022). O material de diversas fontes de jornais online foi selecionado e analisado por meio de fichas previamente elaboradas com o objetivo de responder às questões propostas.

O recorte territorial foi feito em contraste com os extremos do rompimento, sendo as localidades próximas a barragem como Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Gesteira, entre outros atingidos com maior proximidade em relação a lama não só na presença das águas, mas em outros estados físico-químicos como pastosa, torrões e poeira. E, no outro extremo, a vila de Regência Augusta, localizada no litoral da cidade de Linhares, sendo o território que acolhe a desembocadura do rio ao mar, bem como os territórios ao seu redor como Areal e Povoação. Esse encontro de águas simbolizava não só fonte de sustento, mas toda uma mística envolvendo a própria construção de identidade e reconhecimento da vila, a partir de uma figura importante conhecida como Caboclo Bernardo.

Por fim, a segunda parte da pesquisa, refere-se ao aprofundamento dos entes não humanos nos discursos sobre a regeneração, termo esse usado para englobar a dimensão integral de reparação, tendo relação com aspectos espirituais-religiosos presente nas práticas dos habitantes das localidades. Com o mesmo recorte territorial abordado, a pesquisa continuou por meio de fontes secundárias, de modo que os principais materiais acessados para os territórios mineiros foram as edições do jornal “A sirene”. Já na foz,

buscou-se materiais audiovisuais disponíveis em canais do Youtube, bem como idas à campo como as festas do Caboclo Bernardo e Encontro Ancestral, promovido por um grupo de pessoas e coletivos chamado “Regenera Rio Doce” fundado em Regência com um olhar holístico sobre viver no mundo e com o mundo (Ferdinand, 2022), os seres e materiais que os compõem.

E, não menos importante, o olhar e a fala do rio Doce, a partir da ação protocolada pela Associação Pachamama, que luta para o reconhecimento das águas como sujeito de direitos, visto que suas funções englobam diversos aspectos objetivos e subjetivos da vida humana e não humana e são elas que regulam os ciclos. Porém, nessa segunda parte, o recorte temporal, referente a análise comparativa sobre os anos, foi expandido, visto que em caráter de quantidade e profundidade de matérias que abordam o assunto é menor. Assim, buscou-se trabalhar com materiais de todos os anos após o rompimento para conseguir compreender quando, onde e o que aparece sobre os elementos e seres espirituais e como a ação das empresas é feita dentro dessas temáticas.

### **3. Ligando os fios**

---

A série de desdobramentos que aconteceram ao longo dos 8 anos que prosseguiram as marcações do pós crime-desastre tiveram diferentes estratégias para silenciar, desarticular e manipular o gerenciamento da crise instaurada pela enxurrada de lama e suas consequências contaminantes nos corpos e memórias dos inúmeros entes envolvidos.

O processo analisado no paralelo entre a marcação do segundo ano (05 de novembro de 2017) com a marcação do sétimo ano (05 novembro de 2022) evidenciaram o modo que a Samarco Mineração S.A, a BHP Billiton e a Vale S.A operam em conjunto com a Fundação Renova, de forma que escancaram o habitar colonial (Ferdinand, 2022) e a sua fundamentação no processo de apropriação de terras, massacres e o desbravamento, no sentido de desmatamento e poluição. Sendo bem estruturado nos princípios de ter uma subordinação geográfica a um outro habitar colonial, visando a exclusividade de produção, a exploração da terra e das naturezas, de modo a extrair produtos para gerar lucro, e, por fim, o altericídio, que inibe a presença do outro, seja por sua identidade, aparência ou crença. Assim, o debate foi dividido em diversas pautas, sendo a pauta ambiental e a social-jurídica as duas das escolhidas para fazer as análises necessárias, as

quais originam-se do mesmo problema, mas que não foram visibilizadas da mesma forma.

As notícias analisadas<sup>4</sup> da marcação do segundo ano (novembro de 2016 a novembro de 2017), demarcaram um período em que a pauta ambiental ainda estava sendo discutida, aliás, as perguntas e incertezas ainda girava em torno da imagem do rio invadido por minério, além de que havia preocupações com os animais não humanos, como as tartarugas e seu processo de desova nas praias de Regência, bem como com a deterioração do solo e das plantações. Porém, ao longo do ano, a questão dos danos no ambiente foram sendo engolidas pela “sede” da Samarco voltar suas atividades, com justificativa que estava sobrecarregando o “caixa” das suas acionistas (Vale e BHP Billiton), bem como pressões advindas da cidade de Mariana por causa do crescimento do desemprego, de modo que a proporção do crime-desastre começou a ser transformada em um acidente.

Os responsáveis pelo rompimento já tinham entendido que era vantajoso prolongar as demandas sociais-jurídicas com a justificativa de que o acontecimento era de grande magnitude e que exigia ações complexas de resolução. São nessas delongas que a economia do desastre (Cólon, 2022) se instaura, a qual explora a natureza e constrói o lugar do outro, impondo a naturalização da vivência com escassez, como também explícita Ferdinand (2022):

“O devorador de mundo é aquele cujo modo de existência se engaja ativamente no consumo das outras formas de vida e das outras maneiras de ser do mundo. É aquele que vai destruir florestas, vales habitados por povos indígenas, terras férteis, ecossistemas, economias locais de dimensão humana a fim de construir a sua arca, de fazer suas velas e seu aparelho funcionarem. A existência de seu mundo é sinônimo do consumo de outras cosmogonias: “meu mundo às custas do mundo dos outros”. (Ferdinand, 2022, p.107)

E foi nessa comensalidade de mundo que a pauta ambiental foi extremamente setorizada nas análises feitas da marcação do sétimo ano (05 de novembro de 2021 a 05 de novembro de 2022), de modo que a responsabilização pela recuperação da fauna, flora e fontes d’água contaminadas ficou a cargo do trabalho de ONG’s ou de projetos de

---

<sup>4</sup> O relatório mais detalhado dessa primeira parte da pesquisa, bem como as fontes usadas encontra-se disponível em [https://anaisjornadaic.sappg.ufes.br/piic/rel\\_final\\_20619\\_Piic-Amanda-set-2023-relatorio-final.pdf](https://anaisjornadaic.sappg.ufes.br/piic/rel_final_20619_Piic-Amanda-set-2023-relatorio-final.pdf)

pesquisas de universidades federais, de forma que o discurso intencionado pelas mineradoras, a longo prazo, era de que ocorreria a auto-recuperação do rio.

Dessa forma, o tecnicismo envolvido nas esferas sociais e jurídicas transformou a monetarização da vida como possibilidade de solução para os danos causados pelos rejeitos. Com isso, as notícias foram preenchidas com o prosseguimento dos processos jurídicos, criminais, audiências e ações coletivas mobilizadas para obter alguma forma de reparação. O baixo poder das instâncias brasileiras de punir as mineradoras, bem como evidências de que em muitas situações é conivente com as ferramentas impostas pelos interesses privados das réus.

E, na data que marca o rompimento, exatamente em todo dia 05 de novembro, desde 2015, uma série de reportagens e notícias fazem um compilado sobre o andamento dos processos, de modo a buscar relatos de atingidos e especialistas para dissertarem sobre os desdobramentos pós rompimento. Entretanto, para as mineradoras, é um momento de mais promessas, mas principalmente, de propagandear a “prestação de contas” feitas com os valores investidos para a reparação e indenizações, bem como está o número de cadastros efetuados pela Renova, além de falsear que as tratativas estão feitas com muita participação popular. Assim, aquela frase que é feita para placas de obras: “desculpe o transtorno, estamos trabalhando”, resume bem as tentativas dos discursos efetuados pelas mineradoras réus. Usou-se o cenário de desastre para promover propaganda para as mineradoras, de modo a destacar que estavam buscando reparar e indenizar, além de dispor dos parâmetros de “risco zero”, para que “novos acidentes” não viessem acontecer.

O lucro acima do diálogo com as vidas envolvidas é transformado na máxima das mineradoras, que apresentou como constâncias de ambos os anos abordados a comunicação por notas, descrita por uma série de números e estatísticas, um tratamento robotizado e respostas confusas e com mais promessas para questões urgentes. É a política do tempo (Teixeira; Lima, 2022) operando em conjunto com a economia dos desastres.

Outra constância apresentada na pesquisa, e, que despertou interesse para a segunda parte que está sendo desenvolvida, refere-se às reivindicações feitas pelos atores atingidos por diferentes vias e formatos, além de englobar diferentes narrativas humanas e não humanas.

Algo interessante sobre o recorte territorial da pesquisa é sobre o fato de que Minas Gerais aparece com maior relevância quantitativa, visto o número de localidades

atingidas. Contudo, o Espírito Santo é subestimado, já que muitas localidades do litoral ainda estão em processo de luta por reconhecimento como atingidas, somado também a distância do governo estadual a abertura ao diálogo ao longo do período comparado.

Com isso, pensando no diálogo e na forma de comunicação tecnicista que foi imposta pelas mineradoras, o Rio Doce teve espaço para falar (Garcia, 2018) a partir de uma ação coletiva mobilizada pela Associação Pachamama, em 2017. Todavia, a própria documentação desse processo judicial já é o rio tendo que se habituar, nos moldes ditados de mundo e da linguagem para defender seu direito de existir. Nesse texto, o rio se apresenta como uma coletividade viva e inteligente, uma biointeração, a qual nutre uma relação orgânica com todas as vidas presentes no ambiente, como define Nego Bispo (2023). Além dos processos ecológicos essenciais, ele demarca sua expansão em territórios (230 municípios entre MG e ES), bem como instiga a inspiração artística e é reverenciado como entidade espiritual-ancestral, UATÚ, o Grande Avô.

Apesar de toda a contextualização feita, seja expondo dados estatísticos, já que a biodiversidade em números é uma forma de traduzir em linguagem jurídica-financeira para dimensionar os danos causados pela mineração ao longo dos anos, além de citar outras legislações referentes a constituições e declarações advindas de países da América Latina<sup>5</sup> que institucionalizaram esse direito, o rio continuou silenciado.

O movimento de silenciamento dos humanos com os não humanos, advém da ruptura entre natureza e cultura, e, analisando esse momento de expressão do Rio Doce para ser visibilizado e, somando com a diluição das presenças dos atores não-humanos na primeira parte da pesquisa por fontes jornalísticas, buscou-se entender o aspecto subjetivo e visceral que movimenta a conexão com a espiritualidade presente nas águas, as festas nos territórios, a arte proporcionada pelo movimentar do território, os elos comunitários pelas memórias e os afetos envolvidos na localidade.

O pensamento fronteiro disposto por Nego Bispo expõe reflexões sobre a cosmofofia e a cosmologia, de modo que a “cosmofofia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária.” (Santos, 2023, p. 27). Já a cosmologia é feita pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas, que compartilham uma intimidade com os seres que coabitam os territórios de origem.

Essa lógica é muito evidenciada nas festas, seja as dos territórios mineiros, como a no território capixaba, de modo que a resistência como era pontuada nos meios

---

<sup>5</sup> Alguns exemplos como a Constituição do Equador (2008); Constituição da Bolívia (2009); Corte Constitucional da Colômbia (2016).



jornalísticos da primeira parte da pesquisa, que sempre é vista no molde de protestos, ocupações e audiências, é feita de modo celebrativo. As festas possuem o movimento das águas, bem como explica Nego Bispo:

“A água não reflui, ela transflui e, por transfluir, chega ao lugar de onde partiu, na circularidade. Ou seja, ela vai na correnteza, encontra outras águas, se fortalece na correnteza, mas ao mesmo tempo evapora, percorre outro espaço, em forma de nuvem, e chove”.  
(Santos, 2023, p.50)

Isso remete-se muito a memória da ancestralidade presente nos territórios, de modo a reverenciar as pessoas que mantiveram a tradição viva por anos, e, de alguma forma, clamar as suas forças junto com as dos santos, heróis e demais encantados para passarem por esse período difícil de luta. É um momento de refazer compromissos, relembrar as histórias dos ancestrais para que as memórias não se percam.

Um exemplo experienciado disso foi o Encontro Ancestral<sup>6</sup> ocorrido entre o dia 02 a 05 de novembro de 2023 na Aldeia de Areal-ES. A vivência proporcionou uma programação pensada em rodas de conversas e oficinas que tinham como objetivo a visão holística sobre saúde, aprofundamento da relação humano e não humano, estratégias para economia da comunidade e fortalecimento interior para não sucumbir aos mandos e desmandos das mineradoras culpadas e da Fundação Renova. Nesse contexto de regeneração e cura, a contaminação da água foi alvo de diversas conversas, comentários e preocupações, visto que desde a sua utilização básica de beber e cozinhar, até a ansiedade de poder se refrescar eram tidos como ressalvas. Na localidade, além do Rio Doce, há muitas lagoas, mas que são cercadas com arames alegando que são propriedade privada de outrem. A cor das águas que saem das torneiras é turva, e, quando enchia algum recipiente, formavam-se bolhas como se tivesse algum reagente adstringente, além do cheiro similar ao da ferrugem. Ao longo dos dias de Encontro, galões de água eram constantemente trocados e empilhados, demarcando o acúmulo de danos, desde a contaminação até o lixo gerado.

Em paralelo à isso, nos territórios mineiros, a presença de vínculos espirituais-religiosos é fortemente percebida na mobilização das festas que ocorrem no mês de setembro, seja

---

<sup>6</sup> Foi a quinta edição do evento organizado pelo coletivo “Regenera Rio Doce” e que tem como objetivo o encontro de diferentes grupos étnicos, movimentos sociais e ativistas que buscam pensar e agir em prol da regeneração dos atingidos pela barragem de Fundão.



na Festa do Menino Jesus, em Paracatu de Baixo, ou na Festa de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues. As festas destacam não só a manutenção da tradição religiosa, mas reforçam o pertencimento das pessoas, visto que apesar dos diversos impeditivos impostos pela mineradora, desde o acesso ao território até a restauração da capela que não foi arrastada pela lama, as pessoas atingidas seguem se mobilizando para resgatar os laços da fé e união, além de reformularem novos espaços de luta e enfrentamento, bem como uma moradora de Bento Rodrigues destaca:

“(…) Nós somos as formiguinhas e a empresa é o elefante, e ela tenta nos esmagar de todas as formas. Não consegui e, agora, tenta tirar isso da gente. A gente ama esse lugar, vem todos os fins de semana, e é daqui que a gente encontra paz e tira força.” (Gonçalves et al., 2019, p. 5).

Assim, a união que perpassa diferentes dimensões e tangencia a espiritualidade, a qual nessa dimensão de luta refere-se ao modo de ser e se relacionar com o mundo e não sob o mundo, conectando-se ao termo da regeneração integral, visto que dos diversos termos que remetem a ideia de mitigar os danos, esse é o mais usado pelos contextos religiosos-espirituais. Desse modo, os processos de aprofundamento individual, coletiva, espiritual, política, afetiva, humana e não humana mobilizados na fé rompem a lógica de domínio da mineração e religam os vínculos emocionais-práticos com as águas (Silva, 2021).

**Figura 1:** Mural feito por participantes do 5º Encontro Ancestral- Areal/ES em uma das oficinas



Fonte: Autoria própria, 2023

## Referências Bibliográficas

---

CÓLON, Marcos. Conversando com Krenak: a economia do desastre. Durante as gravações do documentário *Pisar Suavemente na Terra*, líder indígena narra histórias sobre parentes e os efeitos visíveis da mineração na Terra Indígena Krenak, próxima ao Rio Doce. 2022. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2022/11/04/conversando-com-krenak-a-economia-do-desastre/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CREADO, E. S. J. Agregados orgânicos e inorgânicos na foz do rio Doce (e) em publicações científicas. *Revista de Antropologia da UFSCar*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 160–188, 2023. DOI: 10.52426/rau.v14i1.411. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/411>. Acesso em 16 dez. de 2023

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. pp. 107

GARCIA NOVAES SOBRINHO, L. Ação judicial a favor da bacia hidrográfica do rio doce. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 13, n. 1, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i1.26243. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/26243>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GONÇALVES, Maria da Cruz; et al. Celebrar no nosso território. *A Sirene*, ed. 42, out. 2019, p. 5. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em 30 de nov. 2023

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832012000100002>. Acesso em 06 de abril 2024

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. pp.50

SILVA, Bianca. Abordagem de convivencialidade aplicada à regeneração em paisagens alteradas após o desastre do Rio Doce. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 107-129, 23 jul. 2021. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.47456/cadecs.v8i2.36076>. Acesso em 29 de set. de 2023

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; LIMA, Maryellen Milena de. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de paracatu de baixo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-22, 14 mar. 2022. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202201pt>. Acesso em 07 de agosto de 2024